

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Impedimento já — solução democrática

JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI

Mais do que discutir as qualidades e os defeitos da pessoa José Sarney, convém abrir os olhos e constatar que se esgotou inteiramente seu estilo de governo. De tanto barganhar com o intuito de construir sua base parlamentar, de tanto fritar ministros para compor um ministério que fosse o espelho de si mesmo, o governo se consome numa autofritura. Faltam-lhe as condições elementares para enfrentar os problemas mais urgentes que minam o país, para debelar a inflação, para implementar uma reforma fiscal, cujas bases aliás já estão delineadas na nova Constituição, enfim, para refundir os mecanismos estatais necessários capazes de esboçar uma estratégia de desenvolvimento.

É sabido que desse ponto de vista a década de 80 está perdida. Por mais falho que seja este índice, o crescimento do PIB per cápita é negativo em 1987/88. O país não consegue manter sua taxa de crescimento para alimentar seus novos filhos, nem mesmo ao nível da pobreza tradicional. Além do mais, é voz geral que o impasse é eminentemente político, pois enquanto o governo não recuperar sua autoridade e sua capacidade de manobra não há como traçar a rota do barco do Estado. E a ingovernabilidade está levando, de um lado, ao marasmo e ao desespero, de outro, à paulatina militarização do regime.

Os brasileiros estamos submetidos a uma espécie de taxa máxima de frustração, como se fôssemos ratos, metidos numa caixa, aos quais se retirassem todos os reforços positivos. O movimento pelas eleições diretas desaguou no colégio eleitoral, o Plano Cruzado, na beira da hiperinflação, a transição democrática, no vácuo de poder. A vida cotidiana perde seus parâmetros, os salários desaparecem entre os dedos, até as classes médias especulam e os jovens pensam em emigrar. Enquanto isto o governo não percebe que já não tem qualquer apoio nacional, que regredimos a um estado de natureza em que cada um é inimigo do outro; não se constitui como aquela instância superior representando o bem comum e em nome dele resolvendo conflitos e programando o futuro. O governo se descola do Brasil real, numa lógica política que o sufoca e consome em sua própria perversidade. A nação só percebe no Estado os efeitos negativos.

Como, porém, quebrar essa forma de política que neurotiza o país? A solução só pode provir de fora dessa camisa-de-força, de vetores que rompam a política como negociação pela negociação e a reinstale num diálogo com os grupos ainda existentes mas em vias de dissolução. E para isso só há duas soluções possíveis. De um lado, o velho expediente do golpe militar ou, o que é mais provável, da militarização do regime que reponha a autoridade pelo viés do autoritarismo. Conhecemos os custos dessa operação: implica salto no escuro que, quando consegue engrenar as correias do desenvolvimento, deixa atrás de si uma dívida social enorme. De outro lado, a solução democrática, aquela mais difícil, consistindo em reconhecer a exaustão do governo em exercício e substituí-lo nos termos da



lei. Até mesmo a Constituição vigente especifica as condições para o impedimento do presidente da República; no seu artigo 82, que define as responsabilidades dele, define como crime, no item II, o atentado ao "livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos Poderes constitucionais dos Estados" (o projeto da nova Carta repete este item). Alguém tem dúvida de que o presidente José Sarney tem atentado contra o livre exercício do Poder Legislativo? Como há base legal, cabe, portanto, iniciar desde já uma ação contra ele, de sorte que, conforme reza o artigo 83, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços de seus membros, possa ele ser julgado pelo Senado Federal.

Nesta altura, o leitor deve estar pensando que perdi o eixo. Como esperar que este Congresso Nacional, alvo de toda a força sedutora do presidente, vote uma medida como esta? Será que, no meu desespero, perdi totalmente o senso e não percebo mais os limites das condições políticas? Não seria tarefa mais urgente e prudente terminar os trabalhos constituintes, promulgar a nova Constituição, esperar pelas eleições do próximo ano e um novo governo em 1990?

Que se abram os olhos, o rei está nu e José Sarney não é mais o preço que se deve pagar pela transição democrática. Porquanto o próprio ato de promulgar a nova Constituição representa um esforço que requer aquela autonomia da Constituinte que tem no Palácio do Planalto seu maior inimigo. Como as coisas andam, o governo Sarney ameaça a pouca democracia que temos.

O leitor deve estar pensando que

agora cai em contradição. Como pedir a um Congresso anestesiado que recupere a consciência e se rebele contra o anestesista? Acontece que contraditório é este Congresso, ao mesmo tempo Congresso e Assembléia Constituinte, balcão de negociações, de lobbies e última esperança de legalidade que o povo depositou nas urnas. O governo tem ganho no atacado e no varejo, mas começa a perder controle de seus próprios congressistas, na medida em que estes percebem que está em jogo a própria existência política deles. Já foi derrotado quando tentou zerar os trabalhos constituintes, na votação global do resultado do primeiro turno, e não tem conseguido impedir a votação final de importantes avanços no campo social. A ameaça à Constituinte foi um tiro que lhe saiu pela culatra. Ora, este desligamento desses dois poderes pode ser precipitado por uma mobilização popular pela substituição do presidente.

Democracia não significa inércia diante da catástrofe que se avizinha. A democracia americana está pontuada de processos de "impeachment"; Nixon só escapou dele renunciando antes que fosse capturado por ele. Por que não seguir este exemplo? Não há mais tempo para esperar o término do mandato do atual presidente; existe base legal de sobra para que ele seja impedido, já na vigência da atual Constituição, e mais forte ainda com a próxima. E condições políticas são dinâmicas e se criam ao longo do processo. Por isso proponho que todos nós, por todos os nossos meios falados e escritos, gritemos que o rei está nu, que este governo acabou, que tem abusado da lei e merece, portanto, ser

substituído nos termos dessa própria lei. Existe ainda a esperança de que o Congresso nos ouça antes de morrer de inanição, que inicie o processo de impedimento já, ao mesmo tempo que acelere os trabalhos da Constituinte, para que o julgamento seja feito conforme a nova Carta. Se julgado culpado, assumiria no seu lugar seu representante legítimo, a fim de assegurar eleições gerais, igualmente nos termos da lei. Não existe democracia sem eleições, sem instituições democráticas que ensinem o povo a votar e sem mecanismos institucionais que venham resolver crises de ingovernabilidade.

Para muitos esta minha proposta pode parecer precipitada. Ameaçar o governo pode provocar uma reação intempestiva e embaralhar os trabalhos da Constituinte que, hoje, funcionando a todo vapor, está nos prometendo uma nova Carta para os próximos meses. Além do mais, poderia trazer água para o moinho dos militares, que começam a dizer que o rei está nu e que as coisas não podem ficar como estão. Ora, alto lá. Se o governo conseguir arrebanhar seus constituintes via governadores, isto será feito na base de tais concessões que se inviabiliza como governo capaz de implementar uma política econômica mínima, adequada ao combate à inflação, perdendo portanto seus últimos apoios empresariais, de sorte que o Congresso passaria a ser pressionado por outras forças. Se estas vão engrossar o poder militar é um risco que pode ser diminuído se, desde já, for apresentada uma alternativa democrática. Além do mais, os civis não devem contrapor-se aos militares por uma lógica simplista do sim e do não, um afirmando o que o outro nega e vice-versa. Não haverá política no Brasil se não dialogar com as forças armadas, as quais podem ser convertidas ao credo democrático. Lembrem-se da campanha pela legalidade que assegurou a posse de João Goulart — neste caso a vela foi gasta com mau defunto. Este governo provavelmente será impedido de uma forma ou de outra, substituindo-se o presidente ou transformando-o num fantoche nas mãos de um governo militar. Na engrenagem em que estamos metidos há poucas chances de que isto não aconteça. Melhor me parece, pois, lembrar desde agora a existência de mecanismos democráticos de substituição, salvando nossas frágeis instituições, antes que algum aventureiro lance mão da coroa do Estado. Bem sei que este caminho é o mais difícil, também muito perigoso, pois o autoritarismo pinta no horizonte. Não é caso, porém, de ao menos sonhar com um país melhor?